



13  
238

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**8ª CÂMARA CÍVEL**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº: 0149919-4/01  
EMBARGANTE: Estado de Pernambuco  
EMBARGADO: Felipe de Brito Ferreira  
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

5326

**EMENTA:** EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DAS OMISSÕES APONTADAS. PREQUESTIONAMENTO. ACLARATÓRIOS IMPROVIDOS. 1. O acórdão embargado concluiu pela inobservância do princípio da razoabilidade e da proporcionalidade, eis que não restou demonstrada a relação entre a varicocele e o exercício do cargo de soldado, de forma que o seu estabelecimento como causa incapacitante, especialmente na forma genérica posta no edital, implicou em violação ao princípio da isonomia. 2. A lide foi resolvida mediante fundamento suficiente, sendo desnecessária a manifestação judicial acerca de todos os aspectos argumentados pelas partes, tal como assente na jurisprudência (STJ: EDcl no REsp 856315/SC). 3. Resta patente, no sistema constitucional pátrio, a possibilidade de análise, pelo Judiciário, da legalidade dos atos relativos a concursos públicos, inexistindo ofensa à discricionariedade administrativa ou violação ao art. 2º da CF. 4. Inexistentes, portanto, as omissões apontadas. 6. Aclaratórios conhecidos para o fim de prequestionamento, porém improvidos, à unanimidade.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos embargos de declaração nº 0149919-4/01, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar-lhes provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 4 de fevereiro de 2010 (data do julgamento).

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
8ª CÂMARA CÍVEL

14  
239

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº: 0149919-4/01

EMBARGANTE: Estado de Pernambuco

EMBARGADO: Felipe de Brito Ferreira

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**RELATÓRIO E VOTO**

Trata-se de **Embargos de Declaração** interpostos em face de acórdão que negou provimento ao reexame necessário, prejudicado o voluntário, nos autos da apelação cível nº 0149919-4.

Pugna o embargante, o suprimento de omissões e o prequestionamento explícito das questões constitucionais e infraconstitucionais que indica, fundando seu pleito nos nas Súmulas 282 e 356 do STF.

O acórdão embargado restou assim ementado:

**“EMENTA:** REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS DA PMPE/BMPE/2003. EXAME DE SAÚDE. 1. O entendimento jurisprudencial é no sentido de que não fere o princípio da isonomia erigir fatores de avaliação em concursos públicos, desde que guardada a devida razoabilidade, de acordo com a natureza do cargo em certame. 2. Todavia, a previsão editalícia, em caráter genérico, da patologia “varicocele” como causa incapacitante ao exercício do cargo de soldado da PM/BM, fere o princípio da razoabilidade. Precedentes desta 8ª Câmara Cível e do TJMG. 3. Reexame necessário a que se nega provimento à unanimidade, prejudicado o apelo voluntário.”

O embargante aponta omissões quanto aos seguintes dispositivos constitucionais: (i) art. 5º, *caput* da CR, asseverando que o pleito do embargado contraria o princípio da igualdade; (ii) art. 37, *caput* e I, da CR, argumentando ser dito pleito contrário aos princípios da legalidade, da moralidade e da impessoalidade; (iii) art. 2º da CR, ante a ofensa ao princípio da separação dos poderes.

Aduz, nesse sentido, que admitir o direito do embargado implica no descumprimento das normas do concurso, estabelecendo-se critérios diferenciados na aplicação das provas.

1

EMB DECL 0136677-6/01



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**8ª CÂMARA CÍVEL**

240

Sustenta, ainda, que o acórdão embargado violou o art. 1º da Lei nº 1.533/51, antiga lei do Mandado de Segurança, de vez que a irresignação do candidato volta-se contra as regras do edital, ante a previsão expressa da varicocele como causa de exclusão do concurso.

É o essencial a relatar.

Verifico que o acórdão embargado concluiu pela inobservância dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, eis que não restou demonstrada a relação entre a varicocele e o exercício do cargo de soldado, de forma que o seu estabelecimento como causa incapacitante, especialmente na forma genérica posta no edital, implicou em violação ao princípio da isonomia.

A lide, portanto, foi resolvida à luz de argumento suficiente, aplicável ao contexto fático delineado nos autos (sendo certo que o *"o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão."* - (STJ: EDcl no REsp 856315/SC).

Registro, na sequência, ser patente no sistema constitucional pátrio a possibilidade de análise, pelo Judiciário, da legalidade dos atos relativos a concursos públicos, inexistindo ofensa à discricionariedade administrativa ou violação ao art. 2º da Constituição da República.

Nesses termos, tendo por inexistentes as omissões apontadas, conheço dos presentes embargos para o fim de prequestionamento, porém nego-lhes provimento.

É como voto.

Recife, 4 de fevereiro de 2010

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**

Relator